

LEI Nº 3.250, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Revogada pela Lei nº. 3.904/2024

~~AUTORIZA A CONCESSÃO INDIVIDUALIZADA DE USO DE BENS PÚBLICOS LOCALIZADOS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES "GERALDO SANTOS", EM CONFORMIDADE COMO ART. 35, § 1º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, APROVOU, e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º.** Fica autorizada a Concessão individualizada de Bens Públicos localizados no Parque de Exposições "Geraldo Santos", em conformidade com o art. 35, §1º, da Lei Orgânica do Município de Alegre.~~

~~**Parágrafo único.** Fica o Executivo Municipal autorizado a ceder o espaço físico mencionado no caput, mediante permissão ou autorização de uso, nos termos definidos na presente Lei. (Parágrafo inserido pela Lei nº 3.302/2014)~~

~~**Art. 2º.** Os bens a que se refere o Art. 1º desta Lei são, observado o mapa constante do Anexo I em apenso, os seguintes:~~

- ~~I — Quiosques de 01 a 10;~~
- ~~II — Restaurantes de 01 a 03.~~

~~**Art. 3º.** A Concessão de Uso dos espaços físicos localizados no Parque de Exposições "Geraldo Santos" serão destinados a fins comerciais no ramo de RESTAURANTE, LANCHONETE E BAR.~~

~~**Art. 4º.** Estarão aptos a participar do prévio certame licitatório antecedente à concessão de uso o micro empreendedor individual ou pessoa jurídica devidamente legalizados que obedecerem a todas as condições e exigências estabelecidas na Lei 8.666/93.~~

~~**Art. 5º.** A concessão de uso de que trata esta Lei terá por prazo 02 (dois) anos, renovável por mais 02 (dois).~~

~~**Art. 6º.** As condições de utilização dos bens públicos objeto da presente concessão serão regulamentadas em Decreto a ser expedido em 45 (quarenta e cinco) dias da publicação da presente Lei.~~

~~**Art. 7º.** A Concessão de Uso dos bens públicos de que trata esta Lei ocorrerá mediante a modalidade licitatória "Concorrência Pública" para Melhor Oferta, cujo edital estabelecerá valor mínimo para participação, valor mensal de remuneração e todas as demais condições e exigências legais previstas na Lei 8.666/1993.~~

~~**Art. 8º.** No caso de extinção, mudança de atividades, ou qualquer outra conduta que implique no desvio da finalidade da lei, observado o descumprimento no contrato de concessão de uso,~~

~~o bem individualizado objeto da concessão se findará, retornando o bem concedido à Administração Pública Concedente, sem direito a indenização por qualquer benfeitoria útil, voluntárias ou necessárias nele realizado.~~

~~**Art. 9º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.840/2007.~~

Alegre (ES), 17 de abril de 2013.

PAULO LEMOS BARBOSA
Prefeito Municipal